

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.535 - SC (2014/0254182-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : KLABIN S/A
ADVOGADO : ROBINSON NEVES FILHO - DF008067
ADVOGADOS : CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO E OUTRO(S) - DF006930
LEONARDO SANTANA CALDAS - DF012870
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : NAC - SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO : SANDRA MARIA JÚLIO GONÇALVES E OUTRO(S) - SC007740

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL SURGIDA NO JULGAMENTO EM SEGUNDO GRAU. PRECLUSÃO DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por KLABIN S/A, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA PREVISTA NO ART. 120 DA LEI 8.213/91. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 128, 460 E 535, II, DO CPC/73. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO **EXTRA PETITA**. INEXISTÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DAS RÉS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de ação regressiva, ajuizada pelo INSS em desfavor de Klabin S/A e NAC Serviços Industriais Ltda, objetivando o "ressarcimento dos valores despendidos com o pagamento do benefício previdenciário de auxílio-acidente concedido ao segurado Jean Luiz Nava, em decorrência de acidente de trabalho ocorrido em 04/05/2004, na condição de empregado da empresa NAC Serviços Industriais Ltda. (na função de meio oficial de manutenção), quando, nas dependências da KLABIN S.A., onde executava seu labor, teve o membro superior preso no rolo-cauda, causando-lhe diversas fraturas". O acórdão recorrido manteve a sentença, para condenar as empresas rés a pagar, solidariamente, os valores despendidos pelo INSS com o pagamento do benefício previdenciário decorrente do acidente de trabalho, porquanto, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, assentou o Tribunal

de origem que, "assim como a prestadora de serviço NAC Serviços Industriais Ltda. tinha o direito/dever de cumprir e fazer cumprir as regras de segurança, a Klabin S.A. não poderia deixar de exigir da prestadora de serviço o cumprimento da legislação pertinente ao zelo pela integridade física dos trabalhadores. É dizer: o contrato de prestação de serviço não desonera integralmente a Klabin S.A., quando também esta poderia/deveria fiscalizar o cumprimento das normas de segurança do trabalho e orientar a prestadora de serviço NAC Serviços Industriais Ltda. para evitar o acidente previsível, segundo afirmado na inicial, diante da inobservância de norma técnica, bem como alertá-la sobre os perigos do serviço de manutenção em máquina ligada. Portanto, se a negligência motivadora do acidente de trabalho, que originou o pagamento de benefício previdenciário, recair, simultaneamente, em mais de um agente, justificam-se as suas responsabilizações em caráter solidário. (...) houve violação do item 12.1.2 da NR 12 - pela insuficiência do espaço na área próxima à máquina para que o trabalhador pudesse se movimentar com segurança - e falta de grade de proteção no local, o que configura a responsabilidade das rés".

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 535, II, do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "não há julgamento **extra petita** quando o julgador interpreta o pedido formulado na petição inicial de forma lógico-sistemática, e nem tampouco quando a questão trazida no acórdão recorrido é reflexo do pedido na inicial" (STJ, AgInt no AREsp 1.334.513/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.570.866/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/08/2017. Inocorrência, no caso, de julgamento **extra petita**.

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo**, à luz dos fatos e provas dos autos, no sentido de responsabilidade solidária das empresas rés, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte.

VI. Agravo interno improvido. (fls. 1.098/1.134)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.139/1.145), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que teria havido ofensa aos artigos 5º, inciso LV, 93, inciso IX, e 105, inciso III, alínea "a", todos da Constituição Federal, porquanto o acórdão de segundo grau, não obstante provocado por embargos declaratórios, não teria se manifestado todos os pontos questionados pela parte, incidindo em negativa de prestação jurisdicional.

As contrarrazões não foram apresentadas. (fl. 1.158)

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido.

Da análise dos autos, verifica-se que o acórdão objurgado, ao manter a

decisão que negara provimento ao recurso especial por estar o acórdão do Tribunal *a quo* no mesmo sentido em que se firmou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, manteve **incólume** a decisão proferida pelo Tribunal de origem.

Nesse descortino, a questão constitucional aventada no apelo extremo teria surgido não a partir da decisão proferida no recurso especial, mas na prolação do acórdão pelo Tribunal de origem, abrindo-se, naquela oportunidade, a via para a interposição do recurso extraordinário.

Assim, houve preclusão da questão constitucional não surgida no Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, cumpre trazer à baila os seguintes julgados da Corte Suprema:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MATÉRIA CRIMINAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE ACÓRDÃO DO STJ. QUESTÃO CONSTITUCIONAL ORIGINADA NO ACÓRDÃO DE SEGUNDO GRAU. PRECLUSÃO. **1. Somente se admite recurso extraordinário em face de acórdão do STJ se a questão constitucional suscitada tiver surgido, originariamente, no julgamento do recurso especial, o que não ocorre nesses autos. Precedentes.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 985.300 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 06/12/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-041 DIVULG 03-03-2017 PUBLIC 06-03-2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL. QUESTÃO CONSTITUCIONAL SURGIDA NO TRIBUNAL LOCAL. PRECLUSÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO APENAS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - A violação constitucional ocorrida no julgamento efetuado pelo tribunal local deve ser impugnada mediante recurso extraordinário interposto simultaneamente ao recurso especial, sob pena de preclusão.

II - É inadmissível o recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Superior Tribunal de Justiça – STJ quando a questão constitucional haja surgido no julgamento do acórdão de segundo grau, e não do próprio STJ. Precedentes.

III - Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.141.132 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 24/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-181 DIVULG 31-08-2018 PUBLIC 03-09-2018)

Dessarte, é inadmissível o recurso extraordinário interposto perante o Superior Tribunal de Justiça quando a questão constitucional surgiu no julgamento realizado pelo Tribunal de origem.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

